

**ENTREVISTA DE MARCOS BAGNO AO JORNAL EXTRA CLASSE DO
SINDICATO DOS PROFESSORES DO RIO GRANDE DO SUL
FEVEREIRO DE 2008**

Extra Classe - O senhor tem afirmado que a norma-padrão da língua portuguesa se transforma com frequência em instrumento de exclusão social. O que é preconceito lingüístico?

Marcos Bagno - É preciso distinguir a "norma culta", que é a língua falada e escrita pelos brasileiros com acesso à cultura letrada, da "norma-padrão", fonte de preconceito social, que não é língua de ninguém, é só um ideal de língua, cada vez mais distante e difícil de ser alcançado - quase um saber esotérico! Não se pode confundir o uso real, autêntico, empiricamente coletável da língua por parte dos falantes privilegiados (a norma culta), do modelo idealizado de língua "boa", arbitrariamente definido pelos gramáticos normativistas. O preconceito lingüístico existe em todas as sociedades onde se estabeleceu uma tradição escolar, uma cultura literária e instituições reguladoras dos usos da língua como a Academia Brasileira de Letras, por exemplo. Uma vez que toda e qualquer língua é essencialmente heterogênea, o que ocorre é a exclusão da maioria dos falantes do círculo restrito do "falar bem". No caso do Brasil, nem mesmo as camadas privilegiadas da população acreditam falar bem a língua portuguesa, porque nosso modelo de "língua certa" é extremamente arcaico, inspirado nos usos literários dos escritores de Portugal na primeira metade do século 19.

EC - Por que Pasquale Cipro Neto, Josué Machado, Eduardo Martins, Arnaldo Niskier, que se autodenominam gramáticos, não aceitam a variação lingüística e desqualificam os lingüistas?

Bagno - Não classifico nenhum deles como gramático. Esse título cabe a especialistas, a filólogos, a pessoas que dedicam sua vida à pesquisa da tradição gramatical, à revisão das bases teóricas da doutrina como Evanildo Bechara, Celso Cunha, Celso P. Luft, Rocha Lima. As pessoas citadas na pergunta fazem parte daquilo que chamo de "comandos paragramaticais". Não têm formação científica suficiente, muitas vezes não têm nenhuma, nem são da área das Letras, e se limitam a reproduzir, sem crítica, a doutrina gramatical normativa, como se ela fosse um bloco compacto, como se não houvesse divergências teóricas entre os próprios gramáticos. Essa atitude é muito antiga. Desde que a instituição gramatical surgiu, 300 anos antes de Cristo, no mundo de cultura grega da Antigüidade, há sempre um grupo de pessoas preocupadas com a "decadência" e a "ruína" do idioma e lutando para preservar a língua.

EC - O que é mais importante, a língua falada ou a gramática tradicional ensinada na escola?

Bagno - A língua tem que ser estudada e apreciada sempre em sua totalidade de manifestações: como faculdade cognitiva, como sistema de palavras e regras estruturado para a interação humana, como instituição social, como forma de conhecimento do mundo. E também tem de ser estudada em todas as suas modalidades: falada, escrita,

híbrida. A língua falada tem seu lugar no ensino assim como a escrita. Não basta reconhecer que a criança, quando chega na escola, já sabe falar a língua. É preciso mostrar a ela como essa língua falada pode ser usada nas interações sociais, quais são as diferenças entre os gêneros discursivos, entre os eventos de interação, quais são as instâncias públicas e privadas de uso da fala, e quais as normas sociais que presidem esses usos. A gramática tradicional, como patrimônio cultural do Ocidente, merece ser estudada, mas não como uma doutrina cheia de dogmas e verdades eternas, e sim como um conjunto de idéias e conceitos que precisa ser constantemente criticado, revisto, atualizado e até, se for o caso, abandonado no todo ou em parte.

EC - A proposta é reconhecer que a gramática normativa não é um dogma...

Bagno - Ao contrário do que apregoam alguns dos "comandos paragramaticais", nenhum lingüista sério está mandando jogar as gramáticas no lixo, mas querendo que sejam tratadas como aquilo que elas são: obras produzidas por seres humanos - e não frutos de alguma 'revelação divina' - e, portanto, sujeitas à crítica e à reformulação. Os lingüistas são os primeiros a reconhecer que os gramáticos da Antigüidade tiveram intuições importantes ao definir sua doutrina, ao especular sobre o funcionamento da língua. Mas eles só se interessavam pela língua grega (e, mais tarde, pela latina), e todo o aparato que criaram (a nomenclatura tradicional) se adequava mais ou menos bem ao grego e ao latim. Para analisar outras línguas é preciso criar outros aparatos descritivos, outra teoria. O problema é que a gramática normativa virou uma instituição sociocultural, que passou a ser reverenciada como se fosse um crime submetê-la a juízo e revisão.

EC - O que deve vir antes, o estudo científico da língua ou o domínio da escrita e da leitura?

Bagno - No tocante ao ensino, já está provado e comprovado que o mais importante é promover o letramento dos aprendizes, isto é, a inserção destes cidadãos no mundo da cultura letrada que é o nosso. E isso só se faz por meio da leitura e da escrita, da escrita e da leitura, da reescrita e da releitura. Nada de entupir a cabeça das criancinhas com uma nomenclatura profusa, confusa, muitas vezes incoerente. Vamos deixar isso para mais tarde, lá pelo Ensino Médio, quando a pessoa já souber ler e escrever bem. Se é só no Ensino Médio que as aulas de química, física, biologia aparecem, por que o estudo científico da língua tem de ser feito já nos primeiros anos de escolarização? Vamos pôr essa gente para ler e escrever, pois é disso que o cidadão precisa na sua vida diária. Nenhum profissional bem-sucedido, hoje, em qualquer área de atuação, precisa saber o que é uma "oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo", mas precisa saber ler e escrever muito bem. E a gente só aprende a ler e a escrever... lendo e escrevendo!

EC - A gramática da língua padrão está focada em uma das variedades lingüísticas, a escrita, que tem como modelo a literatura de Portugal. Sendo assim, esse ideal de língua desconhece a identidade social e cultural dos brasileiros?

Bagno - Trata-se de assumir que nós falamos uma língua toda nossa, o português brasileiro ou simplesmente brasileiro, com gramática própria, bastante diferente da do português europeu, e mais diferente ainda da norma padrão tradicional (que não é língua de ninguém!). Quando isso for assumido sem medo nem escrúpulos, poderemos produzir gramáticas que descrevam e autorizem o que já é falado e escrito por aqui há mais de cem anos; poderemos parar de ensinar coisas irrelevantes, modos de conjugação verbal que ninguém fala (nem escreve), regras de concordância obsoletas, colocação pronominal e outras coisas que não têm nada a ver com o uso real, contemporâneo do português brasileiro, inclusive da parte dos mais letrados, dos melhores escritores de cem anos para cá.

EC - Falta correspondência entre pesquisa e políticas públicas no campo da linguagem?

Bagno - A mudança depende, sobretudo, de uma política lingüística, coisa que não existe no Brasil. É preciso que o Estado legisle, racionalmente, sobre as questões da língua e das línguas (são mais de 200 no território brasileiro!) e sobre o ensino dessa(s) língua(s). E é para isso que esse mesmo Estado mantém, nas universidades públicas, importantes centros de pesquisa em lingüística teórica e lingüística aplicada: para subsidiar as ações públicas no tocante às questões de linguagem. Porém, o Estado brasileiro ainda não acordou para isso. Acima de tudo porque vivemos numa ilusão de monolingüismo: aqui "todo mundo fala português", "todo mundo se entende", então não é preciso que o Estado interfira nesse campo. Tremenda ilusão! Os exemplos de países como o Canadá, a Espanha, a Bélgica, a Suécia, a Noruega, a Índia, e até nosso vizinho Paraguai, entre outros - países onde existe uma política lingüística clara, oficial, explícita -, deveriam servir de fonte de inspiração e reflexão para os legisladores brasileiros para que nossa sociedade fosse realmente democrática, inclusive no campo das relações lingüísticas.

EC - Qual é o papel da escola na constituição dessa educação lingüística digna a que o senhor se refere?

Bagno - Não se trata, como defendem alguns desavisados, de reconhecer e valorizar as variedades regionais, sociais, etc. e ficar no discurso (reacionário) do "politicamente correto". O papel fundamental da escola é levar as pessoas a conhecer e aprender coisas que elas não sabem. Assim, na questão da linguagem, a tarefa da escola é levar os aprendizes a dominar plenamente a leitura e a escrita, coisas que só se aprende na escola, e também conhecer e usar outras formas de falar e de escrever, entre elas (mas não só!) as formas tradicionais, eruditas, clássicas ou "cultas". Trata-se, então, de ampliar o repertório lingüístico dos aprendizes. Mas isso tem que ser feito com uma pedagogia democratizadora das relações sociais, e não por meio da condenação das formas variantes, das formas inovadoras, e pela imposição autoritária das formas consideradas as únicas "certas".

EC - Formas lingüísticas já fixadas pelo uso, inclusive na língua escrita, ainda são condenadas pela gramática normativa. Como mudar isso?

Bagno - De fato, o apego excessivo à norma-padrão tradicional cria esses conflitos. É inaceitável que formas não registradas pela tradição normativa, presentes até mesmo na nossa melhor literatura há mais de cem anos, continuem sendo condenadas pelos puristas. É ridículo dizer que a forma "eu custo a crer" é errada, quando ela já aparece desde José de Alencar (que morreu em 1877). É preciso divulgar amplamente os resultados das importantes pesquisas que têm sido feitas sobre o português brasileiro nos últimos 50 anos, mostrar o que já se fixou e o que já desapareceu da língua, e autorizar esses usos novos. Como já disse antes, é preciso haver uma política lingüística de Estado que reconheça a nossa língua como ela é hoje. Por exemplo, o Ministério da Educação deveria produzir uma gramática de referência do português brasileiro que descrevesse e autorizasse os usos que já estão aí há tanto tempo, mas que continuam sendo perseguidos como "pecados" pelos "comandos paragramaticais".

EC - Qual é a relação entre linguagem e poder?

Bagno - A linguagem é um importantíssimo elemento de dominação sociocultural e política, talvez o mais importante instrumento de dominação e opressão. Quem está no poder quer continuar nele e, para isso, a maneira de falar dos poderosos, dos privilegiados, se transforma numa arma de defesa do poder contra a eventual insurreição dos oprimidos. O lingüista italiano Maurizio Gnerre, que trabalhou no Brasil, escreveu que a norma-padrão tradicional é uma "cerca de arame farpado", que separa uma pequena elite de iluminados do resto da população. Não é por acaso que, em todas as sociedades européias, o modelo de língua "certa" tenha sempre se baseado no modo de falar das regiões mais ricas, politicamente importantes, centros do poder. Não é por acaso também que o inglês-padrão é chamado de "inglês da Rainha". Assim como o rei francês Luís XV dizia que "o Estado sou eu", os poderosos também podem dizer "língua é a minha" - o resto é "jargão", "algaravia", "dialeto", "caçanje", ou simplesmente "não é português".